

FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DOS DADOS JUDICIAIS

DETERMINANTS OF JUDICIAL DATA QUALITY

Ana Tereza Menezes Oliveira

André Luis Martins Beserra

André Santos Sobania

Jessidenes Teixeira de Freitas Mendes Leal

Pedro Pimentel Santos Santana Coelho

Ricardo Leite Menezes

Tatiana Andrade Almeida

RESUMO: Este estudo investiga os fatores determinantes da qualidade dos dados no contexto do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo exploratório observacional e transversal, coletando dados de 193 servidores que trabalham com o PJe em diferentes graus de jurisdição. Os resultados revelam diferenças na percepção dos servidores em relação à qualidade dos dados e nos fatores que afetam essa qualidade entre os graus de jurisdição. No primeiro grau, uma parte considerável dos servidores possui formação em Administração de Empresas (11,11%), embora a formação profissional prevalente seja a jurídica (59,65%), enquanto no segundo grau a formação jurídica foi quase a totalidade dos pesquisados (95,45%). As descobertas ressaltam a importância de abordagens personalizadas para melhorar a qualidade dos dados, incluindo treinamentos contínuos e melhorias tecnológicas. Esses resultados podem informar futuras iniciativas destinadas a aprimorar a eficiência e eficácia no TRE-BA, garantindo a qualidade dos dados no sistema PJe.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Dados, Processo Judicial Eletrônico (PJe), Sistemas de Informação

ABSTRACT: This study investigates the factors determining data quality in the context of the Electronic Judicial Process System (PJe) at the Regional Electoral Court of Bahia (TRE-BA). The research was conducted through an observational and cross-sectional exploratory study, collecting data from 193 employees who work with the PJe at different levels of jurisdiction. The results reveal significant differences in the perception of servers regarding data quality and the factors that affect this quality between levels of jurisdiction. In the first degree, a considerable number of employees have a degree in Business Administration (11.11%), although the prevalent professional training is legal (59.65%), while in the second degree, legal training was almost all of those surveyed (95.45%). The findings highlight the importance of personalized approaches to improving data quality, including ongoing training and technology improvements. These results can inform future initiatives aimed at promoting efficiency and effectiveness in TRE-BA while ensuring data quality in the PJe system.

KEYWORDS: Data Quality, Electronic Judicial Process (PJe), Information Systems

1. INTRODUÇÃO

O universo jurídico passa por uma transformação profunda na era da informação. À medida que a tecnologia parece se tornar um aliado indispensável na busca por maior eficiência e eficácia nos sistemas de informação judiciais, a qualidade dos dados judiciais se torna cada vez mais uma preocupação mundial¹.

As principais potências econômicas do mundo têm se dedicado à questão da qualidade dos dados judiciais. Na China, a qualidade dos dados judiciais influencia positiva ou negativamente, dependendo de sua ocorrência prevalente, na eficácia de algoritmos de inteligência artificial e do sistema judicial²⁻⁴. Nos Estados Unidos, o Departamento de Justiça enfatiza a necessidade de avaliação contínua da qualidade dos dados e destaca a importância de fornecer informações precisas e confiáveis para promover a confiança no sistema de justiça⁵.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem investido intensamente em iniciativas para a melhoria da qualidade dos dados, no âmbito do Poder Judiciário, mas apesar dos significativos progressos ocorridos nos últimos dez anos, no que concerne à

melhoria da gestão da qualidade dos dados e à promoção da transparência no sistema judiciário, permanecem as objeções relativas à insuficiência de estatísticas precisas⁶⁻¹¹.

Para aprofundar a presente análise, foi utilizado um referencial teórico que ressalta a importância de considerar não apenas as ferramentas tecnológicas, mas também os aspectos relacionados às pessoas, aos processos e à organização. Muitas vezes, a qualidade dos dados é erroneamente associada à utilização de uma ferramenta¹². Embora a tecnologia seja importante, compreender as pessoas, os processos e os aspectos organizacionais é fundamental para garantir dados de alta qualidade. Além disso, a participação da alta administração é essencial para qualquer programa de melhoria da qualidade dos dados¹³.

No que diz respeito à responsabilidade pela qualidade dos dados, é preciso reconhecer que a responsabilidade é compartilhada. Os dados desempenham diversas funções em uma organização complexa, e a solução está na criação de uma equipe multisetorial que estabeleça a governança dos dados

em toda a organização¹⁴.

Um dos desafios abordados neste estudo é a escassez de pesquisas sobre a qualidade dos dados judiciais, evidenciando a relevância dessa investigação. Compreender os fatores que influenciam a qualidade dos dados judiciais é crucial para aprimorar a eficiência e eficácia do sistema judicial, permitindo uma atuação mais assertiva.

A qualidade dos dados judiciais é uma questão fundamental para o sucesso do sistema judicial. Com a adoção do Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) enfrenta desafios relacionados à qualidade dos dados produzidos por meio dessa plataforma.

Este estudo tem como objetivo analisar a qualidade dos dados judiciais identificando e compreendendo os fatores que impactam essa qualidade na percepção dos colaboradores do TRE-BA que produzem esses dados, permitindo que o TRE-BA atue de maneira mais eficiente na condução das questões processuais.

2. METODOLOGIA

Nesta seção, descrevemos o desenho do estudo, o cenário da pesquisa, os participantes, as variáveis em consideração e as fontes de dados. Também discutimos possíveis vieses, o tamanho da amostra e os métodos estatísticos empregados na análise dos dados coletados. Este delineamento proporcionará uma compreensão abrangente de como a pesquisa foi conduzida, permitindo a avaliação da robustez dos resultados apresentados.

Desenho do Estudo

É um estudo do tipo observacional uma vez que os pesquisadores não interagem com a população amostral, de desenho transversal, uma vez que o estudo é realizado em um ponto na linha temporal, como uma fotografia da situação estudada naquele período. Além disso, tem caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca descrever e compreender melhor o fenômeno da qualidade dos dados, formular hipóteses para futuras pesquisas e sugerir ações para a gestão do PJe.

Cenário

O estudo foi realizado no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). A população alvo foi composta por servidores do TRE-BA que trabalham com o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no primeiro e segundo graus de jurisdição. Foram selecionados servidores que atendem ao critério de ter conhecimento e experiência no manuseio do PJe. A amostra foi constituída por 193 respondentes, sendo 171 no primeiro grau e 22 no segundo grau. A coleta de dados foi realizada no período de 29 de agosto de 2023 a 11 de outubro de 2023.

Variáveis

As variáveis do estudo são todas qualitativas e incluem:

O perfil dos servidores: “Local unidade” que se refere ao grau de jurisdição na Unidade de Trabalho no TRE-BA; “Formação Jurídica” que indica se o participante possui formação jurídica; “Outra formação” que indica a formação não jurídica do participante, caso a resposta à pergunta anterior seja “não”.

Fatores comportamentais: “Familiaridade com a TPU” que avalia o grau de familiaridade do participante com as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) e suas atualizações; “Manuseio da TPU” que informa o grau de segurança do participante no manuseio da TPU; “A quem recorre” que informa se o participante recorre à orientação ou suporte para sanar dúvidas sobre as TPU. “Tempo para alimentação no PJe” que informa se o tempo para alimentação do PJe é ou não suficiente. “Consequência do dado equivocados” que dimensiona os efeitos de um dado equivocados na visão de quem está lançando o dado.

Fatores organizacionais: “Capacitação no PJe” que indica se o participante recebeu capacitação para no Processo Judicial Eletrônico (PJe); “Revisão de conteúdo” que avalia se o participante realiza revisão do conteúdo após o lançamento dos dados no PJe; “Capacitação Mov. Processual” que avalia a adequabilidade da capacitação em movimentação processual recebida pelo respondente; “Suportes do TRE-BA” que informa se o participante utiliza os suportes disponibilizados pelo TRE-BA para o desenvolvimento das atividades processuais. “Monitoramento dos dados digitados” que avalia se a unidade do participante realiza monitoramento, supervisão e controle dos dados digitados.

Fatores gerais: “Qualidade dos dados do PJe” que avalia a qualidade geral dos dados do PJe na visão dos respondentes; “Fatores que comprometem a qualidade” que mensura os fatores que mais comprometem a qualidade dos dados no PJe; “Ações para melhorar a qualidade” indaga dos respondentes quais medidas eles sugerem para a melhoria da qualidade dos dados do PJe. “Aspectos a aprofundar” que levanta aspectos a aprofundar sobre o tema da pesquisa. “Aspectos não tratados” que indaga os respondentes sobre aspectos não tratados que desejam abordar na pesquisa.

Fatores técnicos: “Correção de críticas geradas pelo PJe” que indica se o participante observa as críticas produzidas pelo PJe e se toma ações corretivas; “Equipamentos adequados” que avalia a adequação dos equipamentos para o lançamento de dados no PJe; “Excesso de campos no PJe” que considera a percepção do participante sobre a possível existência de excesso de campos no PJe; Complexidade de registro no PJe “que mede a complexidade dos procedimentos para registro de

dados no PJe; “Velocidade de resposta do PJe” que avalia a velocidade de resposta do sistema PJe;

Fontes de Dados

Os dados foram coletados por meio de um questionário elaborado no Google Docs. Os participantes responderam ao questionário online, e os dados foram inseridos diretamente em uma planilha virtual no Google Docs. A extração dos dados do Google Docs para análise posterior foi realizada com exportação para o Microsoft Excel e as análises foram realizadas no software, em sua versão 4.3.1.

Viés

Existe a possibilidade muito baixa de viés de seleção, uma vez que a pesquisa ficou disponível para todos os servidores do tribunal, mas a amostra é composta por servidores que já possuem algum nível de conhecimento e experiência com o PJe. Também pode haver um baixo risco de viés de memorização, pois os participantes podem basear suas respostas em experiências passadas.

População e Amostra

A amostra é composta por 193 respondentes, sendo 171 no primeiro grau e 22 no segundo grau. Foi calculado o tamanho ideal para a amostra com base no número aproximado da população do estudo, que de acordo com a experiência do grupo de pesquisa, não ultrapassa 500 pessoas. Sendo assim, para o tamanho da amostra adquirida, é possível ter 90% de confiança nos resultados, ou seja, se fossem tomadas várias amostras de mesmo tamanho, em 90% delas teríamos os mesmos resultados dessa pesquisa.

Análise Estatística

Os dados foram tabulados no Microsoft Excel. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas (percentuais) para todas as variáveis, sendo distribuídas em dois grupos, primeiro e segundo grau de jurisdição. Foram construídas quatro tabelas, uma com o perfil dos colaboradores, outra com os fatores comportamentais, mais uma com os fatores organizacionais e uma última com fatores gerais da qualidade dos dados. Foi também construído um gráfico de barras com as frequências dos fatores determinantes da qualidade dos dados e um gráfico de nuvem de palavras com o aprofundamento de aspectos abordados e não abordados na pesquisa informados pelos respondentes.

Para verificar se as proporções encontradas possuem alguma significância estatística, foi utilizado o teste para proporções de amostras com aproximação para distribuição Normal, via teorema central do limite (TCL) no maior grupo amostral (1º

grau de jurisdição) e um teste para proporção com distribuição Binomial no menor grupo amostral (2º grau de jurisdição). Os dados serão também apresentados em um painel de BI com maiores possibilidades de análise por meio do software Power BI em sua versão gratuita.

Aspectos Éticos

Os dados coletados foram utilizados exclusivamente para atingir os objetivos estabelecidos neste estudo, aderindo aos princípios éticos e às normas prescritas nas resoluções e regulamentações pertinentes à pesquisa jurídica. Os pesquisadores assumem o compromisso de manter a integridade dos dados coletados, preservando a confidencialidade e o sigilo das informações processadas, garantindo, assim, o pleno respeito à privacidade e aos direitos dos participantes, conforme orientado pela Declaração de Singapura¹⁵ sobre Integridade em Pesquisa. A Declaração de Singapura foi desenvolvida como parte da II Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa, realizada de 21 a 24 de julho de 2010, em Singapura, como guia global para a condução responsável de pesquisas.

3. RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) em 2023, comparando o primeiro e o segundo graus de jurisdição. Os dados coletados permitem uma análise comparativa dos fatores determinantes da qualidade dos dados, incluindo fatores comportamentais, organizacionais e técnicos, entre os dois graus de jurisdição. As informações a seguir destacam as principais descobertas observadas nas tabelas e no gráfico.

Análise da Tabela 1

A Tabela 1 apresenta uma comparação do perfil dos servidores que responderam à pesquisa nos dois graus de jurisdição do TRE-BA. Nota-se que a maioria dos servidores, tanto no primeiro como no segundo grau, possui formação jurídica, sendo esse resultado mais acentuado no segundo grau (95,45%; $p = 0,0000$). Assim, do total de servidores respondentes, 63,7% possuem formação jurídica, em detrimento de 36,3% com formação diversa. Em relação à outra formação, o primeiro grau apresenta uma maior diversidade de áreas, enquanto o segundo grau é predominantemente composto por servidores com formação jurídica. Essas informações são essenciais para compreender as particularidades de cada grupo, fornecendo suporte para estratégias de aprimoramento da qualidade dos dados no TRE-BA.

Tabela 1 - Perfil dos servidores que responderam à pesquisa, Fatores Determinantes da Qualidade dos Dados, TRE-BA, 2023

	1º grau de jurisdição			2º grau de jurisdição		
	n = 171	%	p-valor ¹	n = 22	%	p-valor ¹
Formação Jurídica						
SIM	102	59,65	0,0144'	21	95,45	0,0000'
Não	69	40,35	0,0144'	1	4,55	0,0000'
Outra Formação						
Vazio/não se aplica	112	65,50	0,0000'	21	95,45	0,0000'
Outras	21	12,28	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Administração de Empresas	19	11,11	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Ciências Contábeis	8	4,68	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Engenharias	6	3,51	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Letras	5	2,92	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Pedagogia	0	0,00	0,0000'	1	4,55	0,0000'

Fonte: Dados da pesquisa

1 - Utilizado o teste para a proporção amostral; ' p<0,05; "p<0,1; ""p<0,2

Análise da Tabela 2

A Tabela 2 destaca os fatores comportamentais relacionados à qualidade dos dados no TRE-BA, comparando os servidores do primeiro e do segundo graus de jurisdição. Os resultados indicam diferenças significativas entre os dois grupos em várias dimensões.

Primeiramente, no que diz respeito à familiaridade com as Tabelas Processuais Unificadas (TPU), os servidores do primeiro grau demonstram uma maior familiaridade, com 49,12% (p = 0,8784) afirmando consultar as TPU esporadicamente em comparação com 22,73% no segundo grau. Por outro lado, uma parcela maior dos servidores do segundo grau afirmou não conhecer as TPU (45,45%; p = 0,8318) em comparação com 16,96% (p = 0,0000) do primeiro grau. Assim, temos que, no total, 62,7% do público pesquisado consulta as TPU esporadicamente ou com frequência, muito embora o percentual que não conhece ou não consulta, de 37,3%, seja considerável e preocupante, uma vez que o desconhecimento das regras das TPU no exercício das atividades processuais pode impactar negativamente na alimentação, gerando dados inconsistentes e inverídicos.

Em relação ao manuseio das TPU, 44,44% (p = 0,1687) dos servidores do primeiro grau consideram seu manuseio inseguro, enquanto no segundo grau, apenas 22,73% (p = 0,0169) relatam o mesmo. Em compensação, 27,49% dos servidores do primeiro grau afirmam sentir-se totalmente inseguros em relação ao manuseio das TPU, enquanto no segundo grau, esse percentual sobe para significativos 54,55% (p = 0,8318) dos servidores. E o que chama mais atenção no universo dos respondentes é que eles totalizam 72,5% que se sentem inseguros ou totalmente inseguros, restando apenas 27,5% que

têm segurança no manuseio das TPU, o que pode indicar tanto o desconhecimento da ferramenta quanto o uso esporádico da mesma.

No que se refere a quem os servidores recorrem para sanar dúvidas sobre as TPU, os resultados mostram que uma parcela considerável do primeiro grau (37,43%; p = 0,0013) busca suporte técnico, em comparação com 9,09% (p = 0,0001) do segundo grau. Por outro lado, 54,55% (p = 0,8318) dos servidores do segundo grau recorrem ao seu superior hierárquico, enquanto no primeiro grau, esse percentual é de apenas 4,68% (p = 0,0000). Importante destacar que para manter uma uniformidade e a qualidade da informação os respondentes deveriam ter como fonte de orientação em caso de dúvidas, preferencialmente, o suporte técnico ou manuais disponibilizados de modo a evitar falhas na comunicação.

A análise dos dados sobre o tempo destinado à alimentação no PJe revela que 52,63% (p = 0,5407) dos servidores do primeiro grau consideram que o tempo é suficiente, apenas em anos não eleitorais, em contraste com 31,82% (p = 0,1338) no segundo grau. No segundo grau, 4,55% (p = 0,0000) dos servidores relatam que o tempo é insuficiente, enquanto no primeiro grau, 8,77% (p = 0,0000) compartilham essa percepção. Assim, verifica-se que 22,8% dos respondentes souberam avaliar a questão proposta e consideraram suficiente, tanto em anos eleitorais quanto não eleitorais, o tempo para alimentação do sistema. O fato é que a demora da inserção dos dados no sistema e sua consequente disponibilização tardia por vezes mascara a real situação na tramitação do processo e na Justiça Eleitoral há a especificidade, ainda, de, em anos eleitorais, os processos referentes às eleições terem prioridade sobre os demais feitos, o que retarda temporariamente o andamento processual das ações que não apresentam essa natureza.

Tabela 2 - Fatores comportamentais da qualidade dos dados, TRE-BA, 2023

	1º grau de jurisdição			2º grau de jurisdição		
	n = 171	%	p-valor ¹	n = 22	%	p-valor ¹
FATORES COMPORTAMENTAIS						
Familiaridade com a TPU						
Esporadicamente	84	49,12	0,8784	5	22,73	0,0169'
Nunca consultei	30	17,54	0,0000'	3	13,64	0,0090'
Não conheço	29	16,96	0,0000'	10	45,45	0,8318
Com frequência	28	16,37	0,0000'	4	18,18	0,0043'
Manuseio da TPU						
Inseguro	76	44,44	0,1687'''	5	22,73	0,0169'
Preparado	48	28,07	0,0000'	5	22,73	0,0169'
Totalmente Inseguro	47	27,49	0,0000'	12	54,55	0,8318
A quem recorre sobre a TPU						
Suporte técnico	64	37,43	0,0013'	2	9,09	0,0001'
Manuais	53	30,99	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Colegas	32	18,71	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Não sei	14	8,19	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Superior hierárquico	8	4,68	0,0000'	12	54,55	0,8318
Tempo para alimentação no PJE						
Suficiente anos não eleitorais	90	52,63	0,5407	7	31,82	0,1338'''
Suficiente independentemente	39	22,81	0,0000'	5	22,73	0,0169'
Não sei	27	15,79	0,0000'	9	40,91	0,5235
Insuficiente independentemente	15	8,77	0,0000'	1	4,55	0,0000'
Consequência do dado equivocado						
Dados inconsistentes	131	76,61	0,0000'	14	63,64	0,2863
Demora do processo	24	14,04	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Não sei avaliar	8	4,68	0,0000'	4	18,18	0,0043'
Prejuízo às partes	0	0,00	0,0000'	1	4,55	0,0000'
Prejuízos irrelevantes	8	4,68	0,0000'		0,00	0,0000'

Fonte: Dados da pesquisa

1 - Utilizado o teste para a proporção amostral; ' p<0,05; ''p<0,1; '''p<0,2

Quando questionados sobre as consequências de dados equivocados, 76,61% (p = 0,0000) dos servidores do primeiro grau consideram que isso resulta em dados inconsistentes, enquanto no segundo grau, essa porcentagem é de 63,64% (p = 0,2863). Além disso, 14,04% (p = 0,0000) dos servidores do primeiro grau mencionam que a demora do processo é uma consequência, em comparação com 13,64% (p = 0,0009) do segundo grau. Assim, é possível verificar que o significativo percentual de 89,1% dos respondentes está ciente de que lançamentos incompletos ou equivocados no PJe podem levar a dados estatísticos inconsistentes ou demora no processo.

As disparidades observadas nos padrões comportamentais entre os servidores do primeiro e segundo graus de jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) podem ser de importância crítica na identificação de áreas de intervenção específicas, visando aprimorar a integridade e a precisão dos dados no âmbito do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Análise da Tabela 3

A Tabela 3 apresenta os fatores organizacionais relacionados à qualidade dos dados no TRE-BA, comparando os servidores do primeiro e do segundo grau de jurisdição. Esses fatores organizacionais desempenham um papel crítico na garantia da qualidade dos dados e podem afetar diretamente a eficiência do sistema PJe.

Um ponto notável é a diferença na percepção dos servidores em relação à capacitação no PJe. Servidores do primeiro grau demonstram uma percepção mais positiva, com 49,71% (p = 1,0000) considerando a capacitação adequada, enquanto apenas 27,27% (p = 0,0525) no segundo grau compartilham essa visão. No segundo grau, 50% dos servidores relatam ter recebido uma capacitação insuficiente, em contraste com 45,03% (p = 0,2211) no primeiro grau. Considerando que 52,09% dos respondentes afirmou que a capacitação fornecida pelo tribunal foi insuficiente (45,6%) ou declarou não ter recebido qualquer capacitação (7,3%), verifica-se a importância de promover atualizações periódicas de modo a alcançar os servidores que de

Tabela 3 - Fatores Organizacionais da qualidade dos dados, TRE-BA, 2023

	1º grau de jurisdição			2º grau de jurisdição		
	n = 171	%	p-valor ¹	n = 22	%	p-valor ¹
FATORES ORGANIZACIONAIS						
Capacitação no PJE						
Adequada	85	49,71	1,0000	6	27,27	0,0525"
Insuficiente	77	45,03	0,2211	11	50,00	1,0000
Não recebi	9	5,26	0,0000'	5	22,73	0,0169'
Revisão de conteúdo						
Sim, o servidor	116	67,84	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Sim, outro servidor	26	15,20	0,0000'	8	36,36	0,2863
Não há conferência	20	11,70	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Não sei informar	9	5,26	0,0000'	9	40,91	0,5253
Capacitação Mov. Processual						
Adequada	83	48,54	0,7597	5	22,73	0,0169'
Insuficiente	82	47,95	0,6464	9	40,91	0,5235
Não recebi	6	3,51	0,0000'	8	36,36	0,2863
Suportes TRE-BA						
Uso ambos	138	80,70	0,0000'	7	31,82	0,1338
Apenas práticas processuais	19	11,11	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Não uso	10	5,85	0,0000'	11	50,00	1,0000
Apenas informativos do PJe	4	2,34	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Monitoramento dos dados digitados						
Às vezes	72	42,11	0,0467'	2	9,09	0,0001'
Quase sempre	41	23,98	0,0000'	5	22,73	0,0169'
Nunca	27	15,79	0,0000'	5	22,73	0,0169'
Sempre	20	11,70	0,0000'	6	27,27	0,0525"
Não sei informar	11	6,43	0,0000'	4	18,18	0,0043'

Fonte: Dados da pesquisa

1 - Utilizado o teste para a proporção amostral; ' p<0,05; "p<0,1; ""p<0,2

alguma forma consideraram insuficiente o treinamento recebido, bem como identificar constantemente servidores novos que ainda não tenham recebido qualquer capacitação para manuseio do PJe.

No tocante à revisão de conteúdo após o lançamento dos dados temos que no primeiro grau, 67,84% (p = 0,0000) dos servidores afirmam que a revisão é realizada pelo próprio servidor, enquanto no segundo grau, 13,64% (p = 0,0009) adotam essa prática. Em contrapartida, 36,36% dos servidores do segundo grau afirmam que a conferência é feita por outro servidor enquanto no primeiro grau apenas 15,20% afirmam o mesmo. Os que não souberam informar ou declararam não haver conferência correspondem a 20,7% dos respondentes. Os dados apontam para a necessidade de promover ajustes nas rotinas de alimentação do PJe. Com efeito, é imprescindível a revisão dos dados inseridos no PJe, tanto daqueles lançados pelos usuários internos (servidores e magistrados) quanto dos que foram inseridos pelos usuários externos (MPE, PF, AGU, PFN, etc). A realização dessa conferência possibilita que a retificação, quando necessária, seja realizada o quanto antes, de modo a evitar que os dados

inconsistentes se perpetuem no sistema.

A capacitação em movimentação processual também difere entre os dois graus. Servidores do primeiro grau, em sua maioria (48,54%; p = 0,7597), consideram a capacitação adequada, enquanto no segundo grau, apenas 22,73% (p = 0,0169) compartilham essa percepção. Por outro lado, para 47,95% dos servidores do primeiro grau a capacitação em movimentação processual foi insuficiente, ao passo que 40,91% (p = 0,5235) dos servidores do segundo grau relatam ter recebido uma capacitação insuficiente. Índices, portanto, semelhantes. Claramente discrepantes são os números dos respondentes que declararam não ter recebido qualquer capacitação sobre movimentação processual, uma vez que no primeiro grau esse percentual foi de 3,51% (p=0,0000), enquanto no segundo grau foi de 36,36% (p=0,2863). Mais uma vez, reforça-se a necessidade de oferta periódica de capacitações no âmbito do PJe.

A utilização de suportes disponibilizados pelo TRE-BA (informativos de práticas processuais e do PJe) mostra um padrão interessante. No primeiro grau, 80,70% (p = 0,0000) dos servidores afirmam utilizar

ambos os suportes, enquanto no segundo grau, apenas 31,82% ($p = 0,1338$) o fazem. No segundo grau, 50% ($p = 1,0000$) dos servidores afirmam não utilizar nenhum dos suportes disponibilizados, em contraste com apenas 5,85% no primeiro grau. Considerando que no geral apenas 10,9% dos respondentes afirmaram não usar nenhum dos informativos fornecidos é importante considerar a possibilidade de disponibilização dos questionamentos mais recorrentes, com as devidas respostas por meio, inclusive, dos informativos, em campo próprio. Para além dessa ação, difundir a cultura de utilização dos meios de suporte oferecidos pelas unidades do Tribunal é uma rotina simples que pode melhorar a uniformidade e consequentemente a qualidade dos dados processuais.

A frequência do monitoramento, supervisão e controle dos dados digitados, com feedback para quem os produz, varia entre os dois graus. No primeiro grau, 42,11% ($p = 0,0467$) dos servidores relatam que o monitoramento ocorre às vezes, enquanto no segundo grau, 9,09% ($p = 0,0001$) afirmam o mesmo. No segundo grau, 27,27% ($p = 0,0525$) dos servidores relatam que o monitoramento sempre ocorre, em comparação com 11,70% ($p = 0,0000$) no primeiro grau. Assim, 75,6% dos respondentes declararam que há o monitoramento, seja ele às vezes, quase sempre ou sempre, o que é um bom índice e pode significar o reflexo das ações rotineiras de monitoramento das unidades competentes, tanto do primeiro quanto do segundo grau, sempre que verificam a inconsistência de dados lançados. Nesses casos, o retorno aos usuários do sistema pode ocorrer de forma individual ou generalizada, caso seja identificado que o erro é recorrente.

Os aspectos organizacionais destacados podem apontar setores específicos que demandam intervenções a fim de aprimorar a excelência dos dados no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em cada instância do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

Análise da Tabela 4

A Tabela 4 apresenta os fatores gerais e técnicos relacionados à qualidade dos dados no TRE-BA. Esses fatores têm um impacto significativo na qualidade dos dados e no funcionamento geral do sistema PJe.

Em relação à qualidade dos dados do PJe, notamos que a maioria dos servidores de ambos os graus percebe a qualidade como alta ou moderada (93,8%). Para 54,55% dos servidores do segundo grau e 47,37% do primeiro grau, a qualidade dos dados existentes no PJe é alta.

Quanto aos fatores que comprometem a qualidade dos dados, os servidores do primeiro grau indicam mais frequentemente que a capacitação insuficiente (24,56%) e a insuficiência de críticas do sistema (19,88%) são os fatores mais decisivos. Enquanto no

segundo grau, a maioria destaca a insuficiência de recursos humanos (27,27%) e a ausência de conhecimento (18,18%), como os principais fatores para o comprometimento da qualidade. Chama a atenção o índice de servidores do segundo grau que não souberam avaliar o item em questão (27,27%). Verificou-se que porcentagem expressiva (43%) está relacionada com a questão da capacitação, bem como da insuficiência de recursos humanos. O segundo ponto está fora do alcance da área técnica, uma vez que demanda ação de esferas da alta administração, ao passo que a capacitação é uma questão que pode ser melhorada com iniciativas como o estreitamento da comunicação com os usuários do sistema PJe visando a identificação de pontos críticos nos cursos e suportes fornecidos de modo claro e preciso, alvejando o compartilhamento de conhecimento.

A avaliação do tópico “correção de críticas geradas pelo PJe” mostra que 60,82% dos servidores do primeiro grau afirmaram que sempre realizam diligências para corrigir/complementar os dados. Para o segundo grau o percentual foi de 22,73%. Além disso, também no segundo grau, 63,64% dos servidores afirmaram nunca terem observado críticas, em contraste com 26,32% do primeiro grau. Talvez essa divergência percentual possa ser explicada, ao menos em parte, pelo estoque processual significativamente menor tramitando no segundo grau. O fato é que, no geral, os percentuais mais prevalentes foram os referentes a correção sempre das críticas automáticas (56,5%) e contraditoriamente, o dos respondentes que afirmam nunca terem observado a existência de críticas automáticas pelo sistema (30,6%). É fato que o sistema PJe apresenta algumas críticas que podem e devem ser observadas pelos usuários. Há, rotineiramente, maior incidência de críticas apontando erros ou falta de procedimentos que impedem a execução de ações, o que exige uma maior atuação do usuário para sua continuidade e efetivação. Algumas críticas funcionam como alertas, permitindo a continuidade do procedimento a ser executado pelo usuário. É fundamental que elas sejam observadas porque visam, sobretudo, que os usuários detenham, com a prática, maior conhecimento sobre o manuseio do sistema PJe, bloqueando assim, a repetição de erros recorrentes.

A adequação dos equipamentos teve avaliação semelhante em ambos os graus, o que demonstra que, em geral, há uma infraestrutura adequada em todo o tribunal. No primeiro grau, 71,35% dos servidores afirmam ter equipamentos adequados, enquanto no segundo grau, essa porcentagem é de 63,64%. Há uma discrepância sutil entre aqueles que acham que os equipamentos utilizados para o lançamento dos dados são inadequados, uma vez que para 7,02% dos servidores do primeiro grau não há essa adequação, enquanto no segundo grau o percentual foi de 0,0%.

No tocante ao excesso do número de campos para

Tabela 4 - Fatores Gerais e Técnicos da qualidade dos dados, TRE-BA, 2023

	1º grau de jurisdição			2º grau de jurisdição		
	n = 171	%	p-valor ¹	n = 22	%	p-valor ¹
FATORES GERAIS						
Qualidade dos dados do PJE						
Alta	81	47,37	0,5407	12	54,55	0,8318
Moderada	81	47,37	0,5407	7	31,82	0,1338"
Muito alta	5	2,92	0,0000'	1	4,55	0,0000'
Baixa	4	2,34	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Fatores que comprometem a qualidade						
Capacitação insuficiente	42	24,56	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Recursos humanos insuficientes	32	18,71	0,0000'	6	27,27	0,0001'
Insuficiência de crítica do sistema	34	19,88	0,0000'	2	9,09	0,0525"
Não sei avaliar	22	12,87	0,0000'	6	27,27	0,0525"
Ausência de conhecimento	19	11,11	0,0000'	4	18,18	0,0043'
Ausência de documentos	12	7,02	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Pouca clareza dos manuais	10	5,85	0,0000'	1	4,55	0,0000'
FATORES TÉCNICOS						
Correção de críticas geradas pelo PJE						
Sim, sempre realizo	104	60,82	0,0059'	5	22,73	0,0169'
Nunca observei	45	26,32	0,0000'	14	63,64	0,2863
Às vezes	19	11,11	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Nunca corrijo	2	1,17	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Sim e aguardo as partes para correção	1	0,58	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Equipamentos adequados						
Sim	122	71,35	0,0000'	14	63,64	0,2863
Não sei informar	37	21,64	0,0000'	8	36,36	0,2863
Não	12	7,02	0,0000'	0	0,00	0,0000'
Excesso de campos no PJE						
Não	73	42,69	0,0665"	13	59,09	0,5235
Sim	73	42,69	0,0665"	1	4,55	0,0000'
Não sei informar	25	14,62	0,0000'	8	36,36	0,2863
Complexidade de registro no PJE						
Não	105	61,40	0,0037'	12	54,55	0,8318
Sim	45	26,32	0,0000'	2	9,09	0,0001'
Não sei informar	21	12,28	0,0000'	8	36,36	0,2860
Velocidade de resposta do PJE						
Moderada	117	68,42	0,0000'	11	50,00	1,0000
Lenta	34	19,88	0,0000'	3	13,64	0,0009'
Muito rápida	14	8,19	0,0000'	4	18,18	0,0043'
Não tenho opinião	6	3,51	0,0000'	4	18,18	0,0043'

Fonte: Dados da pesquisa

1 - Utilizado o teste para a proporção amostral; ' p<0,05; "p<0,1; ""p<0,2

registro no PJe o resultado foi que no primeiro grau 42,69% dos servidores informou que não há excesso de campos e no segundo grau esse percentual foi de 59,09%. Os servidores do primeiro grau repetiram o percentual para afirmar que acham, sim, que há excesso de campos, ao passo que o percentual daqueles que acham a mesma coisa no segundo grau foi de apenas 4,55%. No geral, 17,1% dos respondentes não sabe informar se há um número excessivo de campos para registro, com leve

prevalência dos servidores do segundo grau, o que pode indicar um maior grau de segmentação nas atividades exercidas no PJe pelos servidores do segundo grau, em comparação com a generalidade das atividades no nível zonal.

Os servidores, em sua maioria, 60,6%, declararam não considerar complexos os procedimentos para registro dos dados no PJe, o que pode ser considerado um aspecto facilitador na inserção de dados corretos e uniformes, com repercussão no

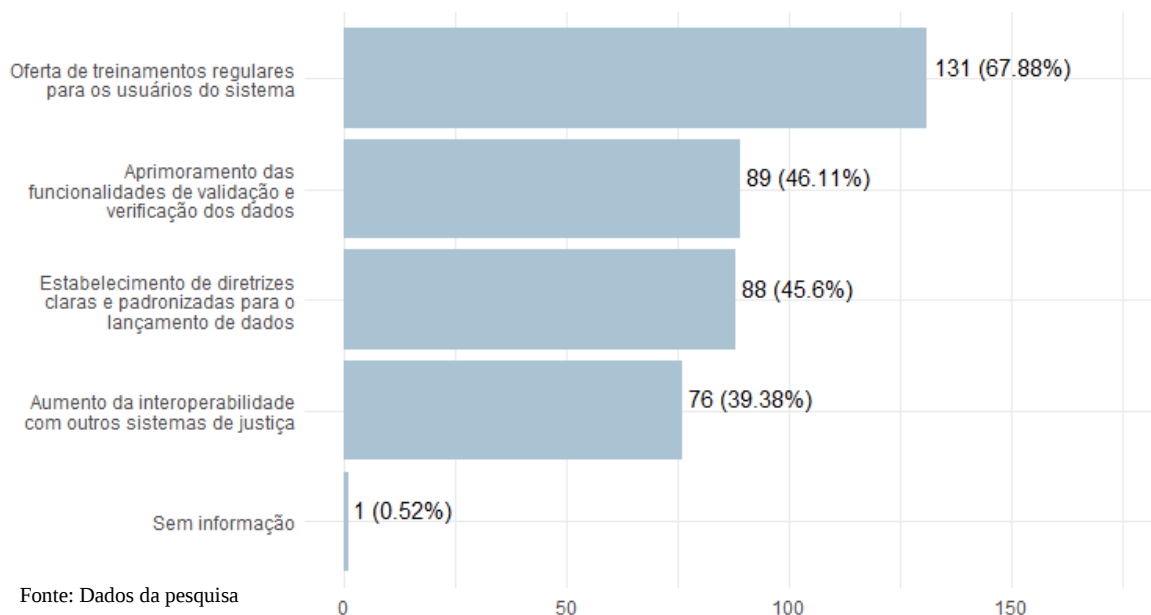
tempo de inserção desses dados. Especificamente, 61,40% dos servidores do primeiro grau indicam que o registro não é complexo, em comparação com 54,55% do segundo grau. Além disso, 9,09% dos servidores do segundo grau consideram o registro complexo, enquanto no primeiro grau esse percentual atinge 26,32% dos respondentes.

A velocidade de resposta do PJe foi considerada moderadamente rápida e eficiente pela maioria dos respondentes, 66,3%, e lenta e pouco eficiente por 19,2%. No primeiro grau, 68,42% dos servidores

ou medidas consideradas essenciais pelos servidores do TRE-BA para melhorar a qualidade dos dados no PJe. Os participantes tinham a opção de selecionar mais de uma ação, refletindo uma gama de perspectivas sobre como abordar essa questão crucial.

No topo das ações consideradas essenciais pelos servidores está a "Oferta de treinamentos regulares para os usuários do sistema," com 67,88% dos servidores do TRE-BA acreditando que essa medida é fundamental para melhorar a qualidade dos dados. Isso destaca a importância da capacitação contínua e

Gráfico1 - Ações ou medidas consideradas essenciais para melhorar a qualidade dos dados



consideram a velocidade moderada, enquanto 50,00% dos servidores do segundo grau compartilham essa percepção. Por outro lado, 13,64% dos servidores do segundo grau consideram a velocidade lenta, ao passo que no primeiro grau esse percentual sobe para 19,88%. Temos assim que, apenas 9,3% dos respondentes de ambos os graus considerou a velocidade de resposta do sistema PJe muito rápida e eficiente. O sistema PJe funciona na rede mundial de computadores (internet), assim, a resposta do sistema depende, em grande monta, de uma boa qualidade e velocidade de conexão. Nesse sentido, a dimensão territorial da Justiça Eleitoral na Bahia pode levar a diferenças de velocidades dependendo da localidade abrangida pela zona eleitoral.

Essas percepções sobre fatores gerais e técnicos destacam, mais uma vez, áreas específicas que podem exigir intervenções ou melhorias para otimizar a qualidade dos dados no PJe em cada grau de jurisdição do TRE-BA.

Análise do Gráfico 1

O gráfico de barras apresenta algumas das ações

do desenvolvimento de habilidades entre os servidores que compõem a população do estudo.

Outra ação prioritária é o "Aprimoramento das funcionalidades de validação e verificação dos dados," com 46,11% dos servidores apoiando essa medida. Isso sugere que as melhorias na tecnologia e nas ferramentas de validação de dados são fundamentais para otimizar a qualidade dos dados no PJe.

Além disso, 39,38% dos servidores destacaram o "Aumento da interoperabilidade com outros sistemas de justiça" como uma ação essencial. Isso ressalta a necessidade de melhorar a integração entre o sistema PJe e outros sistemas de justiça para garantir uma troca eficaz de informações.

Por fim, 45,6% dos servidores enfatizam a importância de "Estabelecer diretrizes claras e padronizadas para o lançamento de dados." Isso sugere que a padronização dos procedimentos é vista como uma medida crucial para garantir a qualidade e consistência dos dados no PJe.

Essas ações identificadas pelos servidores do TRE-BA refletem áreas-chave que podem ser foco

servidores são removidos para a sede, e nesta, aqueles que detêm formação jurídica são, preferencialmente, destacados para as atividades desse cunho, enquanto os demais são preferencialmente, lotados em unidades administrativas. Assim, é possível ter uma maior especialização, no tocante à formação profissional, na sede do Tribunal, onde temos o segundo grau de jurisdição. A importância da formação é destacada na literatura¹⁰, evidenciando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprimorou a qualidade das estatísticas judiciais ao investir na qualificação da formação dos profissionais responsáveis por lidar com essas informações.

A Tabela 2, onde analisamos fatores comportamentais, mostra que, no primeiro grau, os servidores relatam ter familiaridade com as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) de forma mais frequente (49,12%) em comparação com o segundo grau (22,73%). Esse dado pode refletir uma maior segmentação das atividades por parte dos servidores do 2º Grau, uma vez que neste grau de jurisdição a unidade própria e exclusiva para autuação e registro processual, não abarcando, assim, a totalidade dos servidores respondentes. A necessidade de suporte técnico é mais frequente no primeiro grau (37,43%), enquanto no segundo grau os servidores recorrem principalmente aos superiores hierárquicos (54,55%). Essas diferenças podem ser explicadas pelas diferentes demandas e complexidades associadas a cada grau de jurisdição, destacando a importância de abordagens de treinamento e suporte adaptadas.

A Tabela 3, onde apresentamos fatores organizacionais, revela que a capacitação dos servidores em relação ao PJe é percebida de maneira significativamente diferente entre os dois graus de jurisdição. No primeiro grau, a capacitação é considerada adequada por 49,71% dos servidores, enquanto no segundo grau, esse número é significativamente menor, com apenas 27,27% dos servidores acreditando que a capacitação é adequada. Essas descobertas estão alinhadas com os estudos anteriores^{18,19} sobre a importância da capacitação para a qualidade dos dados. Além disso, a maioria dos servidores que lançam os dados no PJe do primeiro grau afirma realizar a própria revisão do conteúdo (67,84%), ao passo que no segundo grau, a maioria não está envolvida na revisão (36,36%), sendo esta feita por outro servidor.

A Tabela 4, onde observamos fatores gerais e técnicos, destaca diferenças na percepção dos servidores em relação à qualidade dos dados no PJe e os fatores que comprometem essa qualidade. No primeiro grau, 47,37% dos servidores consideram a qualidade dos dados alta, enquanto no segundo grau, 54,55% acreditam que a qualidade é alta. No que diz respeito aos fatores que comprometem a qualidade, no primeiro grau, a capacitação insuficiente (24,56%) é citada com mais frequência, enquanto no segundo grau, a insuficiência de críticas do sistema

(27,27%) é apontada como um fator mais preponderante. Essas diferenças sugerem que, embora a qualidade seja vista de maneira semelhante, os desafios específicos variam entre os graus de jurisdição.

O gráfico de barras destaca as ações consideradas essenciais pelos servidores para melhorar a qualidade dos dados no PJe. Oferecer treinamentos regulares e aprimorar as funcionalidades de validação e verificação dos dados são prioridades compartilhadas em ambos os graus de jurisdição - uma descoberta consistente com as recomendações da literatura^{14,16,17,20-23}. Aumentar a interoperabilidade com outros sistemas de justiça e estabelecer diretrizes claras para o lançamento de dados também são considerados cruciais. Essas ações refletem a necessidade de abordagens holísticas que incluam tanto o desenvolvimento de habilidades quanto melhorias tecnológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa fornece um retrato abrangente dos fatores que afetam a qualidade dos dados no sistema PJe do TRE-BA. Os resultados destacam a necessidade de estratégias de treinamento e capacitação adaptadas, bem como melhorias tecnológicas para garantir a qualidade dos dados. Além disso, as diferenças entre os graus de jurisdição enfatizam a importância de abordagens personalizadas para atender às necessidades específicas de cada grau. Essas descobertas podem informar futuras iniciativas destinadas a aprimorar a qualidade dos dados no sistema PJe, promovendo eficiência e eficácia no tribunal.

No entanto, é importante reconhecer que esta pesquisa tem suas limitações, incluindo o tamanho da amostra e a natureza observacional do estudo. Portanto, recomenda-se que futuras pesquisas explorem esses temas com amostras mais amplas e metodologias adicionais, como estudos de caso e análises longitudinais, para uma compreensão mais profunda e abrangente dos desafios e oportunidades relacionados à qualidade dos dados no contexto do PJe do TRE-BA.

6. REFERÊNCIAS

1. Justice G. Information Quality Program Guide [Internet]. 2010. Available from: www.it.ojp.gov.
2. Chen B, Li Y, Zhang S, Lian H, He T. A Deep Learning Method for Judicial Decision Support. In: Proceedings - Companion of the 19th IEEE International Conference on Software Quality, Reliability and Security, QRS-C 2019. Institute of Electrical and Electronics

- Engineers Inc.; 2019. p. 145–9.
3. He T, Chen S, Hao L, Liu J. Quality Driven Judicial Data Governance. In: 2019 IEEE 19th International Conference on Software Quality, Reliability and Security Companion (QRS-C) [Internet]. IEEE; 2019. p. 66–70. Available from: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8859426/>
4. Lian H, He T, Qin Z, Li H, Liu J. Research on the Information Quality Measurement of Judicial Documents. In: 2018 IEEE International Conference on Software Quality, Reliability and Security Companion (QRS-C). 2018. p. 178–81.
5. Carl A. Wicklund GC, Jeanette Plante GVC. Information Quality Program Guide [Internet]. 2010 [cited 2023 Oct 16]. Available from: www.it.ojp.gov/IQ_resources
6. Dias JA, Richard T, Kim P. POLÍTICAS JUDICIÁRIAS TRANSPARENTES, EFICIENTES E RESPONSÁVEIS. TRANSPARENT, EFFICIENT AND ACCOUNTABLE JUDICIAL POLICIES. Brasília; 2013 Jun.
7. Gontijo AP, Silva LP da. IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: OS DESAFIOS DO ACESSO À JUSTIÇA NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE. Rev Cid e Acesso à Justiça [Internet]. 2023 Aug 2;9(1). Available from: <https://indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/view/9607>
8. Melo JSS, Nascente VF, Santos LE dos. TOTH. Rev CNJ [Internet]. 2021;5(2):77–85. Available from: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/241>
9. Gabriel A de P, Abreu AL de, Porto FR. Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro. Sist e-Revista CNJ [Internet]. 2021 Jun 28;5(1):12–30. Available from: <https://cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/196>
10. Kim RP, Soares GM de A. Contribuições das estatísticas e das pesquisas como mecanismos de criação e avaliação das políticas públicas do Poder Judiciário. Sist e-Revista CNJ [Internet]. 2019 Jun 28;3(1):84–95. Available from: <https://cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/38>
11. Melo JSS, Neves TA, Cavalcante WWA. Hórus. Sist e-Revista CNJ [Internet]. 2019 Jun 28;3(1):51–64. Available from: <https://cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/12>
12. McGilvray D. Executing Data Quality Projects: Ten Steps to Quality Data and Trusted Information (Tm) | Amazon.com.br [Internet]. Academic Press - 2nd Edition - May 21. 2021 [cited 2023 Oct 20]. p. 1–376. Available from: <https://www.amazon.com.br/Executing-Data-Quality-Projects-Information/dp/0123743699>
13. Lee YW, Pipino LL, Wang RY. Journey to Data Quality | Amazon.com.br [Internet]. MIT Press Ltd (21 agosto 2009). 2009 [cited 2023 Oct 20]. p. 1–240. Available from: <https://www.amazon.com.br/Journey-Data-Quality-Yang-Lee/dp/0262513358>
14. Sebastian-Coleman L. Meeting the Challenges of Data Quality Management (English Edition) - eBooks em Inglês na Amazon.com.br [Internet]. Academic Press (25 janeiro 2022). 2022 [cited 2023 Oct 20]. p. 1–333. Available from: <https://www.amazon.com.br/Meeting-Challenges-Quality-Management-English-ebook/dp/B09RF9DMDR>
15. Singapura CM sobre I em P. Declaração de Singapura sobre integridade em pesquisa. Conferência Mund sobre Integridade em Pesqui [Internet]. 2010;53(3):1–1. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300008&lng=pt&tlng=pt
16. Leal JT de FM, Mota ELA, Mota CS. Dissertação Qualidade dos dados de morbidade e mortalidade por Doença Falciforme. 2020 [cited 2023 Sep 6]; Available from: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34187>
17. Davenport TH. Ecologia da informação : por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Futura; 1998.
18. Diniz BC, Silva AKA da. Gestão da Informação no sistema de Processo Judicial Eletrônico em um Tribunal Regional do Trabalho. P2P E INOVAÇÃO [Internet]. 2020 Sep 19;7(1):186–204. Available from: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5408>
19. Brasil T de C da U. REFERENCIAL BÁSICO de GOVERNANÇA Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública 2ª VERSÃO [Internet]. 2014. Available from: www.tcu.gov.br

-
20. McGilvray D. Executing Data Quality Projects: Ten Steps to Quality Data and Trusted Information (Tm) | Amazon.com.br. Academic Press - 2nd Edition - May 21. 2021. p. 1–376.
 21. Carl A. Wicklund GC, Jeanette Plante GVC. Information Quality Program Guide [Internet]. 2010. Available from: www.it.ojp.gov.
 22. Lee YW, Pipino LL, Wang RY. Journey to Data Quality | Amazon.com.br. MIT Press Ltd (21 agosto 2009). 2009. p. 1–240.
 23. Dias JA, Richard T, Kim P. POLÍTICAS JUDICIÁRIAS TRANSPARENTES, EFICIENTES E RESPONSÁVEIS
TRANSPARENT, EFFICIENT AND ACCOUNTABLE JUDICIAL POLICIES. Brasília; 2013 Jun.